

HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

SEMINÁRIO:

«BALANÇO E PERSPECTIVAS»

(Alguns problemas e aspectos das relações entre a «crise da modernidade» e a história contemporânea)

por **Francisco José C. Falcon**

Logo ao início de nossa reflexão sobre este tópico, duas perguntas vieram à tona: qual a noção de «contemporâneo» que aí poderia estar ou não subentendida e qual a natureza real do trabalho que nos era solicitado?

Para que não nos percamos em longas digressões sobre conceitos

OBSERVAÇÕES DE ORDEM GERAL

Utilizamos «trabalho historiador» e «ofício historiador» a fim de referirmos o exercício mesmo da atividade do historiador enquanto produtor do conhecimento histórico.

Usamos as expressões «trabalho historiográfico», «fazer historiográfico», etc., pensando em «historiografia» como sendo também o escrever da história, tal como o fazem, por exemplo, os autores italianos.

(como «contemporâneo», «presente», «período histórico») fica entendido que, neste texto, a noção de «historiografia contemporânea» abrange a produção histórica dos anos 70 e 80, se bem que, em certos casos, tenhamos que fazer algumas incursões pela década de 60.

A segunda interrogação envolve problemas talvez mais complicados, a começar pelo aspecto quantitativo, pois, é evidente que a produção historiográfica que acabamos de delimitar cronologicamente excede em diversos sentidos as nossas reais possibilidades de analisá-la com o mínimo de rigor e sistematicidade exigíveis nesta matéria.

Poderíamos proceder por amostragem, descrevendo, a partir de um certo número de exemplos tidos como significativos, algumas das principais tendências e características da produção historiográfica em foco. Pensamos no entanto que este seria um caminho ao mesmo tempo difícil, especialmente quanto à eleição dos tais exemplos «mais significativos» e, sobretudo, pouco inovador e criativo, ao nosso modo de ver.

Assim, de hipótese em hipótese, acabamos por nos fixar na ideia de limitar nossas ambições às dimensões de um simples ensaio onde tentaremos desenhar/esboçar algumas das grandes problemáticas que percebemos, ou julgamos perceber, no conjunto da produção historiográfica contemporânea. Claro está, nem seria preciso talvez lembrar, que se trata de uma perspectiva pessoal cujo lugar não pode ser outro senão o espaço/tempo brasileiro.

Definidos os objetivos, resolvemos dividir o texto em duas partes, uma mais associada à idéia/intenção de fazer um «balanço», e, a outra,, mais voltada para a enunciação de «perspectivas», as nossas, certamente. Todavia, quisemos ir algo além dessa dupla abordagem do problema proposto, pois, trata-se de explicitar e analisar o que pensamos ser os marcos fundamentais de uma exposição como esta, quer tenhamos em mira o «balanço», quer as «perspectivas»: 1.º — a questão do «trabalho historiador» em si mesmo; 2.º — a questão das diferentes reflexões produzidas sobre a natureza e resultados desse mesmo trabalho historiador. Em outras palavras: pretendemos abordar, em primeiro lugar, aqueles questões associadas ao próprio «fazer da história» como disciplina e, em segundo lugar, contemplar as questões que indagam quanto aos pressupostos inerentes a esse «fazer» e os seus produtos que constituem o conhecimento histórico propriamente dito, materializado em «textos de história».

Por «trabalho historiador» estamos aqui a significar muitas e variadas questões atinentes ao fazer/produzir da História (conhecimento) pelo historiador no espaço/tempo de sua «oficina».

Há mais ou menos vinte anos, J. Le Goff e P. Nora organizaram e publicaram em três volumes as várias faces do «novo» fazer historiográfico de então, reunidas em termos de «abordagens», «problemas» e «objetos». Hoje, depois de duas décadas, talvez um pouco menos fascinados pelo «novo», pensamos que a historiografia contemporânea pode ser interrogada não tanto em termos de novidade mas, sim, de «unidade e/ou diversidade» quanto às suas formas de conceber e praticar o «ofício historiador».

Quando nos referimos a «reflexões acerca do trabalho historiador e aos produtos deste trabalho», estamos aludindo a reflexões que se situam, em sua maior parte, fora da oficina da história. Na realidade, trata-se de reflexões que formam verdadeiras constelações de textos teórico-metodológicos onde se discutem tanto o «fazer» historiador quanto os seus pressupostos, quase sempre implícitos, relativos à «matéria» histórica e à natureza do «conhecimento» histórico.

Tais «reflexões», devemos convir, constituem um campo desconhecido, ou desprezado, ainda na atualidade, por uma parcela razoável da comunidade historiadora.

I — UNIDADE OU DIVERSIDADE

A suposição relativa à existência de uma certa unidade no âmbito da produção historiográfica contemporânea, do ponto de vista de como se realiza o trabalho historiador, constitui uma espécie de verdade axiomática para muitos historiadores. No caso do panorama historiográfico brasileiro, sobretudo, são poucos aqueles que ousariam afirmar o contrário, isto é, a não homogeneidade dessa produção historiográfica. E, no entanto, para nós, trata-se, sim, de reconhecer a diversidade/pluralidade dos universos historiográficos hoje realmente existentes.

Tradição de um lado, desconhecimento de outro, mas, acima de tudo, os contatos continuados e intensos com a historiografia francesa, são provavelmente os responsáveis pela consolidação, entre nós, da idéia de que existe uma unidade mais ou menos «natural», intrínseca, nesse conjunto que denominamos de panorama historiográfico contemporâneo. De facto, muitos dentre nós se tornaram um tanto ou quanto impermeáveis à idéia mesma de diversidade historiográfica, não sendo exatamente casos excepcionais os daqueles que acreditam mui ingenuamente que tudo aquilo que existe ou pode existir de importante, válido e, acima de tudo, «novo», em termos de trabalho historiador, se contém necessariamente na produção historiográfica francesa que descende dos «Annales» e se apresenta na atualidade sob o rótulo de «Nouvelle

Histoire». Como esta é realmente a crença dominante entre nós, nada mais lógico, talvez, do que se concluir que, se assim é no Brasil, o mesmo deve, com certeza, ocorrer em outros países, ou na historiografia contemporânea como um todo.

Chamaremos então de unitária a esta visão que tem como axioma a existência de um modelo único para caracterizar o trabalho historiador — o «fazer História» — na época atual. Estamos assim em face de um modelo supostamente hegemônico, ou mesmo único, que constituiria a concepção mais autenticamente moderna da «escrita da História». Como já vimos, o referente de tal modelo é a produção historiográfica gaulesa, assim entendida aquela que se orienta conforme os pressupostos, objetivos e definições da chamada «Nouvelle Histoire», a qual deverá constituir o nosso primeiro referencial historiográfico.

Reconhecer a diversidade/pluralidade da produção historiográfica contemporânea exige, antes de mais nada, que tomemos nossas próprias distâncias em relação aos apóstolos da unidade, inclusive quanto à maneira desses apóstolos conceberem, também eles, a diversidade. De fato, estes paladinos da unidade do fazer historiador afirmam sempre a diversidade, por eles concebida em termos de pluralidade de objetos, abordagens e problemas. Mas não é evidentemente desse tipo de diversidade que estamos a cogitar aqui.

Precisamos superar os lugares-comuns já sacralizados por uma certa tradição a fim de que seja possível redescobrir a verdadeira pluralidade dos universos historiográficos isto é, a existência/presença de «fazer historiográficos» diferentes, distintos, no todo ou em parte, do fazer consagrado por aquela tradição uniformizante.

Perceber essa diversidade historiográfica significa, para nós, historiadores, estarmos bem conscientes da existência de formas ou maneiras variadas de se escrever/produzir a história; significa, portanto, que há outros modos de conceber o «ofício historiador». Trata-se, enfim, de reconhecer o óbvio: a persistência de tradições historiográfico-culturais outras que não apenas a francesa, ou, especificamente, a «annalista».

Nosso balanço historiográfico dispõe portanto, agora, de dois possíveis caminhos: o da afirmação/exaltação da unidade, e o do reconhecimento/demonstração da diversidade. Vamos então percorrê-los, um de cada vez, mas sempre tendo em mente que é do trabalho historiador que estaremos a tratar.

1 — O universo historiográfico francês — a tradição do «movimento dos Annales» e seu mais recente avatar: a «Nouvelle Histoire»

Este é ainda, de fato, o universo historiográfico que se apresenta, na atualidade, como o mais avançado e mais difundido, se nos ativermos às declarações de seus grandes expoentes. Para não poucos dentre os historiadores, inclusive no Brasil, trata-se não apenas do melhor, mas provavelmente do único universo possível neste findar do século XX.

Para facilitar esta nossa exposição, dividimos a análise em três partes: 1.1 — A trajetória dos Annales; 1.2 — A historiografia dos Annales como objeto de análise; 1.3 — Nouvelle Histoire e História das Mentalidades.

1.1 — A trajetória histórica dos Annales — dos «Pais Fundadores» à «Nouvelle Histoire»

O surgimento dos «Annales», em 1929, revelar-se-ia, com o passar do tempo, um acontecimento decisivo para os rumos da historiografia no século atual. Para que se tenha uma idéia dessa importância, bastaria lembrar que somente nos anos 50, com os textos de Levi Strauss sobre a Antropologia Estrutural, vamos ter um evento cujo impacto tenha sido tão decisivo na esfera das ciências humanas. Coube a F. Braudel, em seu conhecido artigo sobre «A Longa Duração», nos Annales, em 1958, registrar e tirar as consequências deste «segundo impacto» para a historiografia francesa.

A propósito do surgimento dos Annales dispomos, hoje, de um conjunto de relatos e análises, críticas ou não. Pode-se discernir assim as diferentes tendências intelectuais que convergem na formação de Bloch e Febvre, no ambiente universitário de Estrasburgo, nas circunstâncias do lançamento da nova revista. Desta, conhecemos as propostas e objetivos de natureza histórica, bem como sua significação estratégica e as armas táticas utilizadas por seus colaboradores contra o «establishment» acadêmico gaulês.

Assim, se não subsistem hoje em dia muitas dúvidas sobre as positivas contribuições dos «Annales» para a reorientação da produção historiográfica contemporânea, bem menos abundantes e difundidas parecem ser, ainda, as críticas que dizem respeito às ambiguidades políticas, insuficiências teóricas e indefinições metodológicas. Mas esta já seria uma outra história...

Interessa-nos, aqui, sim, ter presente que a «Escola» ou «Movimento» dos Anais compreende um complexo historiográfico extremamente amplo em termos temáticos e muito extenso cronologicamente, no curso do qual é possível distinguir três grandes fases ou «gerações», a saber:

- 1.^a — a dos «pais fundadores»: Marc Bloch e
Lucien Febvre;
- 2.^a — a de F. Braudel e de seus contemporâneos, formando
a «segunda geração» dos Annales;
- 3.^a — a da «Nouvelle Histoire», integrada pelo que se costuma
chamar de «terceira geração».

Não é de hoje que a produção dos «annalistas» vem sendo contada e recontada. Com o passar dos anos produziu-se, como seria de esperar, uma «história» que expressa a visão das sucessivas gerações a respeito das origens, características e objetivos do «movimento», ou «escola», ao qual historiograficamente pertencem. Como é natural, esta história possui também a mitologia dos pais fundadores, a epopéia de suas lutas e combates e os louros conferidos aos vencedores, bem como a transmissão do fogo sagrado, os sucessivos «aggiornamentos», sempre explicados como lógicos e necessários, ou seja, em suma, a imagem de uma continuidade substancial em harmonia com as aparentes ou reais descontinuidades¹.

Dispomos, por um lado, das entrevistas e textos de Le Goff², Duby³, e outros⁴, assim como a síntese histórica escrita por P. Burke⁵. Como contraponto a tais histórias que nos oferecem a auto-consciência historiográfica dos Annales, temos à nossa disposição algumas obras cuja perspectiva eminentemente crítica permite compreender melhor

¹ Burke, Peter — A Escola dos Annales, 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia. S. Paulo, UNESP, 1991, pp. 23/44; Burguiere, A. «Histoire d'une histoire», in ANNALES, 34, 1979, pp. 1347/59; Bourdè, G. et Martin, H. — Les Ecoles Historiques. Paris, Seuil, 1983, p. 171 a 226; Carbonell, Ch. Olivier — L'Historiographie. Paris, PUF, 1981, p. 109 e segs.; Ferro, Marc — «Des Annales à la Nouvelle Histoire», in C. Deschamps (ed) Philosophie et Histoire. Paris, 1987, pp. 37/45.

² Le Goff, Jacques — A Historia Nova. S. Paulo, Martins Fontes, 1990; Le Goff, J., Chartier, R., et Revel, J. — La Nouvelle Histoire. Paris, Retz, 1978; Le Goff, J., Ladurie, Le Roy, Duby, G., e outros — A Nova História, Lisboa, Ed. 70, 1983 (1977).

³ Duby, G. et Lardreau, G. — Dialogos sobre a Nova História. Lisboa, D. Quixote, 1989 (1980).

⁴ Diversos — Aujourd'hui l'Histoire. Paris, Ed. Sociales, 1974.

⁵ Burke, Peter, op. cit., p. 109 e segs.

certas peculiaridades da trajetória dos *Annales*, em termos político-institucionais, ou acadêmico-científicos, bem como alguma das características de sua produção historiográfica raramente mencionada pelos integrantes do primeiro grupo que mencionamos. Neste segundo grupo citaremos, para exemplificar, apenas o texto de Mairet⁶, sobre a concepção do tempo histórico, particularmente em Braudel, o estudo de F. Dosse⁷, informativo e crítico, onde o autor explicita algumas significações implícitas em certas opções teóricas ou temáticas dos *Annales*; os excelentes artigos de Hexter e Fontana acerca da famosa tese de Braudel sobre o Mediterrâneo⁸, e, por último, mas essenciais pela sua atualidade, as perspectivas traçadas por Revel e Chartier a respeito do percurso dos *Annales*, como movimento historiográfico, mas, principalmente, as mudanças ocorridas mais recentemente na sua orientação do ponto de vista metodológico e temático⁹.

1.3 — «*Nouvelle Histoire*» e (ou) *História das Mentalidades*

Já analisamos e discutimos em outras oportunidades¹⁰ os percursos que marcam, no âmbito dos *Annales*, o surgimento de uma «Nova História», quantitativa, genericamente designada como História Social, e o aparecimento, a seguir, de uma *Nouvelle Histoire* entendida como sinónima de História das Mentalidades de modo que não julgamos necessário voltar ao assunto.

⁶ Mairet, Gerard — *Le discours et l'historique*. Maison Mame Paris, 1974.

⁷ Dosse, François — *L'Histoire en Miettes*. Des *Annales* à la *Nouvelle Histoire*. Paris, La Découverte, 1987.

⁸ Hexter, J. H. — «Fernand Braudel and the Monde Braudelli en», in, do mesmo autor, *On Historians*, Cambridge, Harvard Univ. Press, 1979, pp. 61/145; Fontana e Lázaro, J. Ascensão e Decadência da Escola dos *Annales*», in *Histórias & Ideias*, Porto, I, 1979, pp. 65/79; Maurício, C. Coelho «Quando a historiografia interroga o seu passado — a história dos *Annales*», in *Ler História*, Lisboa, 7, 1986, pp. 145/155.

Stoianovich, Traian — *French Historical Method: the Annales Paradigm*. Ithaca, Cornell Univ. Press, 1976.

⁹ Revel, Jacques — «História e Ciências Sociais: os paradigmas dos *Annales*», in *A Invenção da Sociedade*. Lisboa, Difel, 1989, pp. 13/41.

— Chartier, Roger — «História intelectual e história das mentalidades», in *A História Cultural*. Lisboa, Difel, 1988, pp. 29/67.

¹⁰ Falcon, Francisco J.C. — «História e Cultura», in *História Hoje*, Rio de Janeiro, ANPUH Regional, 1990, pp. 100/134.

Após o conhecido texto de J. Le Goff que discute a História das Mentalidades em termos de «história ambígua»¹¹, diversos outros textos retomaram a discussão da questão das «mentalidades» como Duby¹², Vovelle¹³, Mandrou¹⁴, e, entre nós, em termos críticos, Cardoso¹⁵, ou, ainda, na Inglaterra, G.E.R. Lloyd¹⁶. O assunto é retomado por Darnton¹⁷ e tratado com bastante atenção por Revel¹⁸ e Chartier¹⁹, assim como na coletânea organizada por Brown e Lyman²⁰.

A concepção mais geral da Nouvelle Histoire está na origem de um verdadeiro dicionário²¹, e aparece, resumidamente, no verbete «História» da Encic. Einaudi²². Para certas dúvidas e alguns questionamentos mais profundos temos os textos selecionados por Gadoffre²³ e algumas reflexões de F. Furet²⁴, dentre os muitos e variados textos consagrados ao assunto.

Em síntese, discute-se cada vez mais o problema da fragmentação ao infinito do objeto histórico e a conseqüente perda da perspectiva de conjunto, a relativização do conhecimento, etc. Bem, mas estas são críticas ou restrições de certa maneira meramente pontuais; há outras, mais sérias, como veremos.

¹¹ Le Goff, J. «As Mentalidades. Uma história ambígua», in Le Goff, J. et Nora, P. (ed.), *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, pp. 68/83.

¹² Duby, G. «Histoire des Mentalités», in Samaran, Ch. (ed.) *L'Histoire et ses Méthodes*. Paris, Gallimard, 1961, pp. 937/966; do mesmo autor: *História Social e Ideologias de las sociedades*. Barcelona, Anagrama, 1976, p. 81 e segs.; Idem — *L'Histoire continue*. Paris, Odile Jacob, 1991, p. 115/126.

¹³ Vovelle, Michel — *Idéologies et Mentalités*. Paris, Maspero, 1982.

¹⁴ Mandrou, Robert — *Introduction à la France Moderne*. Paris A. Michel, 1961; *Melanges Robert Mandrou — Histoire Sociale, Sensibilités Collectives et Mentalités*. Paris, PUF, 1985.

¹⁵ Cardoso, Ciro F.S. — *Ensaio Racionalistas*. Rio de Janeiro, Campus, 1988, p. 93 e segs.

¹⁶ Lloyd, C.E.R. — *Demystifying Mentalities*. Cambridge, Univ. Press, 1990.

¹⁷ Darnton, Robert — *O Beijo de Lamourette*. S. Paulo, Cia. das Letras, 1990, p. 175 e segs.

¹⁸ Op. cit., loc. cit.

¹⁹ Op. cit., loc. cit.

²⁰ Brown, R.H. and Lyman, S. M (ed) — *Structure, Consciousness and History*. Cambridge, Univ. Press, 1978, pp. 106/138.

²¹ Le Goff, J., Chartier, R. et Revel, J. — *La Nouvelle Histoire*, in *Les Encyclopedies du Savoir Moderne*. Paris Retz, 1978.

²² Romano, R. (dir) — *Memória e História*, Vol. V da *Enciclopédia Einaudi*, ed. portug. coord. por Fernando Gil. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, pp. 233/246.

²³ Gadoffre G. (ed) — *Certitudes et incertitudes de l'histoire*. Paris, PUF, 1987, p. 147 e segs.

²⁴ Furet, François — *L'Atelier de l'histoire*. Paris, Flammarion, 1982, pp. 37/100.

Fica aqui, como sugestão de pesquisa, a questão da hegemonia da historiografia francesa, inspirada nas perspectivas dos *Annales*, sobre uma parte maior ou menor da produção historiográfica brasileira durante as três ou quatro últimas décadas.

2 — Pluralidade dos universos historiográficos

Para alguns, uma obviedade, para outros, talvez, uma novidade, ou um contrasenso: a produção historiográfica contemporânea não se resume, ou restringe, ao que se contém no universo historiográfico (francês) dos *Annales/Nouvelle Histoire*. Existem outros universos historiográficos e, o que não deixa de ser interessante, são universos DIFERENTES.

Gostaríamos de poder recensear todos estes universos, analisando-lhes as características historiográficas, sublinhando lhes a produção e utilizando para isto tanto o critério teórico-metodológico quanto o histórico-cultural. Todavia, neste momento, não podemos ir além de sua caracterização mais geral, em termos francamente descritivos.

Do ponto de vista histórico-cultural a existência desses outros universos historiográficos se reduz ao reconhecimento de uma evidência: trajetórias histórico-culturais específicas produziram formas diferenciadas de conceber e praticar o ofício historiador em diferentes países. Poder-se-ia apenas, quando muito, mencionar dois fatores de ordem geral: 1 — a tradição historiográfica ocidental, construída no século XIX e por este legada ao atual, de uma História concebida essencialmente em função do quadro constituído pelo «Estado-Nação»; 2 — a maior ou menor incidência do conceito de cultura enquanto expressão/afirmação do «ser» nacional, ou seja, de uma certa maneira de «ser e estar no mundo» típica de cada «povo».

Logo, por maiores e mais heróicos ou sistemáticos que tenham sido os «combates» empreendidos contra as implicações historiográficas dessa tradição nacional-cultural e, portanto, por mais que se deseje, hoje, encará-la como tendência superada/ultrapassada, o fato é que ela se conserva bastante viva, sob novas formas, envergando outras roupagens. Mesmo assim, não cremos que seja difícil reconhecer, hoje, a realidade de historiografias como a inglesa, a alemã, a italiana, a espanhola, a norte-americana, etc., enquanto historiografias «diferentes», em grau maior ou menor, da francesa. No entanto, não se pretende afirmar que cada delas possui uma indiscutível unidade teórico-metodológica no seu sentido rigoroso. Todavia, bem sabemos os historiadores que ao nos referirmos a «um historiador inglês» ou a «um historiador alemão», não queremos com isto indicar uma determinada perspectiva teórica mais ou menos

rigorosa mas, sim, uma certa atitude ou maneira de praticar o ofício historiador, algo assim talvez como uma espécie de «tipo ideal» (historiográfico) — uma designação que define, genericamente, formas diversas de se conceber e praticar o «ofício» e que, como tais se apresentam muito «diferentes» daquilo que pretendemos significar quando dizemos «um historiador francês».

Uma heresia? Sim, talvez! Heresia, sem dúvida, para os que mantêm, como artigo de fé, a crença na unidade do saber e do fazer historiográfico. Apenas um dado, evidente, pelo contrário, para quem se baseie unicamente na prática da observação do panorama historiográfico atual. Não se trata aqui, convém frisar, de levar em conta as afirmações e proclamações deste ou daquele historiador em particular, pois, mais além das afirmações situadas na ordem do dever ser, do «wishfull thinking» de alguns, existem tradições, hábitos, inserções culturais, algo, enfim que poderíamos denominar de «estilo historiográfico», enraizado no inconsciente coletivo e que imprime sua marca característica à produção historiográfica de cada país, ou, pelo menos, de certos países.

Não percamos porém de vista o fato de que essa influência que rotulamos, provisoriamente, de estilo, manifesta-se concretamente por intermédio de perspectivas teóricas variadas, algumas aliás tão incisivas que podem até nos fazer esquecer o próprio «estilo» subjacente, como acontece, por exemplo, quando se trata de analisar a influência maior ou menor da historiografia dos *Annales* em outros países.

Temos aqui por ora apenas o esboço de um estudo cuja realização irá demandar ainda algum tempo. Nosso objetivo é na verdade duplo: indicar e caracterizar as tendências historiográficas principais, segundo cada um dos países escolhidos, e, paralelamente, buscar estabelecer possíveis conexões entre tais tendências de um país a outro.

2.1 — *Grã-Bretanha*

Ao lado da forte presença da tradição historiográfica de cunho nitidamente empirista²⁵, observamos a existência tanto de uma historiografia inspirada em maior ou menor grau no idealismo historicista de Collingwood²⁶, quanto na perspectiva da chamada «Social History»

²⁵ Marwick, A. — *The Nature of History*. Londres, Macmillan 1982, p. 194 e segs.; Elton, G.R. — *Modern Historians on British History — 1485-1945, a critical bibliography, 1945-1969*. Londres, Methuen, 1970.

²⁶ Preston King (ed) — *The History of Ideas*. Londres, Croom Helm, 1983, p. 3 e segs. e p. 133.

britânica, mais próxima às ciências sociais²⁷. Por outro lado, temos o chamado «marxismo inglês», refratário à perda da individualidade da história em face das ciências sociais²⁸. Finalmente, não se esqueça a penetração, reduzida, das concepções dos *Annales*²⁹.

2.2 — Alemanha

Ao lado da força da tradicional história política, e da persistência, em termos, do historicismo, ou, pelo menos, das concepções weberianas, desenvolveu-se ali uma «historical social science», ou seja, uma «ciência social histórica»³⁰, bem diversa daquilo que, para os *Annales*, define a história como sendo uma «ciência social» autônoma. Haveria, finalmente, que se avaliar a natureza e importância historiográfica das correntes marxistas³¹.

2.3 — Itália

A importância da tradição croceana (neo-hegeliana), o peso específico do marxismo gramsciano, a presença significativa da influência dos «*Annales*», em alguns setores, estão na base da especificidade desta historiografia³². Esta se revela também no grande interesse pelos problemas historiográficos, especialmente as questões teórico-metodológicas³³.

²⁷ Parker, H.T. — «Great Britain», in G. Iggers and H.T. Parker (ed), *International Handbook of Historical Studies*. London, Methuen, 1980, p. 193 e segs.

²⁸ Eley, Geoff — «Some recent tendencies in Social History», in G. Iggers & H. T. Parker, op. cit., pp. 55/70; Thompson, E.P., «On History, Sociology and Historical Relevance», in *British Journal of Sociology*, 28 (1976), pp. 387/402; Marwick, A. op. cit., passim; Hobsbawm, Eric, «From social history to the history of society», in F. Gilbert and S. R. Graubard (ed), *Historical Studies Today*, N. York, 1971, pp. 1/26.

²⁹ Iggers, G. G. «The Transformation of Historical Studies in Historical Perspective», in Iggers & Parker (ed), op. cit., p. 1/14.

³⁰ Mommsen, W. J. «La Storia come scienza sociale storica», in P. Rossi (ed), *La Teoria della storiografia oggi*. Milano, Il Saggiatore, 1988 (1983).

³¹ Iggers, G. G. «The Federal Republic of Germany», in Iggers & Parker, op. cit., pp. 217/232; Kernig, C. D. (ed) *História, in Marxismo y Democracia*, vol. 5, Madrid, Rio duero, p. 17 e segs. (texto de J. Kochka).

³² Salomone, A. W., «Italy», in Iggers & Parker (ed), op. cit., pp. 233/252.

³³ Momigliano, A. *Problemes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris, Gallimard, 1983; Cantimori, D. *Los historiadores y la história*. Barcelona, Península, 1985 (1971); Rossi, P. *La Teoria...* op. cit., passim.

Na atualidade, tornou-se bastante conhecida e discutida a chamada «micro-storia», em geral associada aos trabalhos de Carlo Ginzburg³⁴, mas não só.

2.4 — *Estados Unidos*

Uma tradição empirista-positivista bastante forte³⁵; a proposta inovadora, mais sócio-económica, desenvolvida à época da chamada New History³⁶; um idealismo persistente concentrado na história Intelectual, em estreita associação com os historiadores britânicos das idéias³⁷; a presença simultânea do marxismo e dos Annales, ainda por avaliar devidamente; um interesse evidente pela quantificação como marca de cientificidade³⁸. Bem estas são apenas as designações telegráficas que podemos aqui incluir para rabiscar o esboço de uma realidade complexa e variada.

Percebe-se claramente que nos limitamos a indicações de carácter genérico, bastante empíricas. Uma análise mais rigorosa poderá complexificar, ou simplificar, quem sabe, cada um desses panoramas. De nosso ponto de vista no entanto, pensamos haver conseguido nosso objetivo principal — chamar a atenção do leitor para o fato de que, em cada país, a produção historiadora não principia nem, muito menos, termina no «territoire de l'historien» concebido à moda dos Annales.

Por falta de tempo e espaço deixamos para outra ocasião as historiografias ibéricas, ambas fortemente influenciadas pelos Annales, certo, mas não só. Esperamos dedicar um estudo específico tanto à historiografia espanhola³⁹ quanto à portuguesa⁴⁰.

³⁴ Ginzburg, Carlo, *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1989; Idem, *Mitos, emblemas, sinais*. S. Paulo, Cia. das Letras, 1989.

³⁵ Veysey, Laurence «The United States», in Iggers & Parker (ed), op. cit., pp. 157/174; Marwick, A., op. cit.; Hexter, J. H. *On Historians*. Cambridge, Harvard Univ. Press, 1979; Fischer, David H. — *Historians Fallacies*. N. York, Harper, 1970.

³⁶ Robinson, James H. — *The New History*. N. York, The Free Press, 1965 (1912); Teggart, F. J. — *Theory and Process of History*. Univ. of California Press, 1977 (1941).

³⁷ Oakeshott, Michael — *On History*. Londres, Brasil Blackwell, 1985; Preston King (ed), op. cit., p. 179 e segs.

³⁸ Darnton, Robert — *O Beijo...*, op. cit., p. 175 e segs; Fogel, R. W. y Elton, G. R. — *Cuál de los caminos al pasado?*. México, FCE, 1989 (1983).

³⁹ Lara, Manuel Tunon e (y otros) — *Historiografia española contemporânea*. Madrid, Siglo XXI, 1980.

⁴⁰ Falcon, F. J. C. — «Historiografia portuguesa contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo», in *Estudos Históricos*, 1, 1988, pp. 79/99.

II — REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO HISTORIADOR E A NATUREZA DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Entrevemos neste passo dois tipos ou ordens de problemas:

- 1 — a quase total ausência de historiadores propriamente ditos no palco dos debates teórico-metodológicos sobre a História, o fazer historiador e a natureza do conhecimento resultante deste fazer;
- 2 — a presença, neste debate intelectual, tanto de questões realmente filosóficas, quase sempre epistemológicas, quanto de questões que dizem respeito a teorias sociais bastante concretas as quais, embora pressuponham opções filosóficas, apresentam-se como imunes ou indiferentes a estas e são percebidas ou apropriadas pelos historiadores apenas como «sociais», sobretudo por aqueles que explicitamente rejeitam aquilo que chamam de «elucubrações filosóficas»...

Mencionamos a primeira ordem de problemas com o intuito de evitar, logo ao início, muitas críticas e, talvez, alguns espantos. Com efeito, qual o historiador que não conhece, ou, na pior das hipóteses, nunca ouviu falar do famoso texto de Marc Bloch, «Métier d'historien»? Ou então, os mais antigos, daqueles clássicos «manuais» como os de Langlois-Seignobos, W. Bauer, Besselaar, etc.? Ou, ainda, em épocas mais recentes, ou menos recuadas, a obra coletiva, dirigida por Charles Samaran, «l'Histoire et ses Méthodes», o manual de J. Glénisson, «Iniciação aos Estudos Históricos», o texto de Ciro F. S. Cardoso e Hector P. Brignoli, «Os Métodos da História»? Exemplos, apenas alguns exemplos, pois, na verdade, a relação é quase inesgotável. Mas, se assim é, como ousamos então afirmar que somos em geral infensos, os historiadores, a refletir acerca da natureza de nossa própria disciplina?

Certo é que a resposta apropriada a esta contradição, apenas aparente, conforme o nosso entendimento, demandaria um trabalho à parte. Fiquemos, por ora, com uma simples constatação, ela também portadora de um certo «odor de heresia»: as reflexões historiadoras sobre seu próprio fazer, salvo, é claro, as habituais e sempre honrosas exceções, não chegam a ser exatamente reflexões e, sim, exposições, mais ou menos minuciosas, sobre os métodos que devem ser utilizados pelo historiador, métodos e técnicas em alguns textos, para realizar um trabalho «científico» capaz de produzir por sua vez um conhecimento «verdadeiro». Chama-se a isto, ainda hoje em dia, de «metodologia científica da História», se bem que a metodologia propriamente dita se situe a distância de muitos anos-luz.

Assim, ora como «Introdução», ora como «Propedêutica», o historiador se mostra atento aos métodos e técnicas, assim como à contribuição das «disciplinas auxiliares», enquanto elementos garantidores daquela cientificidade/objetividade que julga essenciais à própria natureza do fazer historiográfico, pois, em última análise, da cientificidade deste fazer resulta a certeza/garantia do carácter científico da história-conhecimento por ele produzida. Na sequência histórica e historiográfica desta ordem de idéias, vem a ser bastante natural que os historiadores se preocupem sobretudo em discutir «objetos» (históricos/não-históricos; legítimos/ilegítimos; importantes/desimportantes), «abordagens» (inovadoras/tradicionais; criativas/repetitivas; válidas/inaceitáveis) e «problemas», mas passem ao largo, na maioria das vezes a léguas de distância, de indagações que digam respeito quer à «matéria» histórica, quer à natureza do conhecimento de tais objetos, ou de tal ou qual abordagem. No entanto, a razão desse modo de ser extrapola também nosso objetivo atual.

Vejamos então a segunda ordem de questões acima indicadas.

Já afirmamos que uma visão das «correntes historiográficas» contemporâneas, sobretudo se baseada em critérios teórico-método lógicos, deveria fixar como seu ponto de partida o reconhecimento de duas ordens de perspectivas — as de natureza epistemológica e as que expressam os diversos tipos ou padrões interpretativos/explicativos presentes nas chamadas teorias sociais.

Uma perspectiva crítica e abrangente das diversas posições epistemológicas presentes de forma explícita ou implícita no trabalho historiador, compreende uma espécie de leque que abrange desde a filosofia analítica e o positivismo lógico até a fenomenologia e a hermenêutica⁴¹.

Quanto às teorias sociais, sobretudo o positivismo, o historicismo e o marxismo, mas lembrando ainda no funcionalismo e/ou do estruturalismo, das diversas teorias sobre o simbólico, a semiótica, e a linguística, evidencia-se a amplitude do horizonte teórico do historiador, quando este, obviamente, dirige sua atenção para além das fronteiras de seu próprio território⁴².

O que está em jogo, portanto, repetimos, é a natureza tanto do conhecer quanto do conhecimento históricos; é o carácter científico ou não

⁴¹ Wehling, Arno, «Fundamentos e virtualidades da epistemologia da história: algumas questões», in *Estudos Históricos*, 5, 10, 1992, pp. 147/169.

⁴² Lowy, M. *Ideologias e ciências sociais*. S. Paulo, Cortez, 1988, 4.ª ed.; Freund, J. — *As teorias das ciências humanas*, Lisboa, Soccultur, 1977; Sousa, Daniel de — *Epistemologia das ciências sociais* Lisboa, Horizonte, 1978.

científico da história que os historiadores escrevem. Neste debate, predominam discussões acerca do que se chama de «explicação» e/ou de «compreensão» em história; ou, ainda, discute-se a natureza do discurso histórico — científico, literário, retórico, etc. Mas também estão na ordem do dia as relações entre a razão e a imaginação, entre verdade e ficção, entre a narração e a argumentação. Em suma, ou, em essência, a discussão, ou questionamento, visa principalmente a maneira através da qual o historiador constrói e apresenta a «sua história». Temos, portanto, um tríptico debate: filosófico (ontológico/epistemológico), linguístico/retórico e literário.

Talvez o mais importante neste caso venha a ser o fato de que se trata na verdade diversos debates, paralelos ou não, que envolvem, de um lado, filósofos e teóricos da literatura e, de outro, os historiadores propriamente ditos. Assim, se partirmos de Hempel, 1942, com as «covering laws», e formos até h. White, vamos perceber quão variado e complexo tem sido o famoso «debate anglosaxónico»⁴³.

Todavia, se quisermos deixar de lado filósofos e literatos, logo iremos observar, no próprio «território do historiador» embora percorrendo vias muito distintas, tendências historiográficas equivalentes àquelas observadas fora desse espaço: 1 — diversos percursos «científicos»: marxismo, weberianismo, funcionalismo, estruturalismo; 2 — narrativismo (Veyne, Stone, Elton); 3 — as propostas de Foucault⁴⁴.

III — PERSPECTIVAS

Obalço da historiografia contemporânea que tentamos apresentar, bastante incompleto, convenhamos, mesmo assim talvez possa fundamentar algumas conclusões, elas também provisórias, que são:

PRIMEIRA — O trabalho historiador realiza-se no interior de universos historiográficos até certo ponto distintos entre si mercê de fatores histórico-culturais característicos. Ao mesmo tempo, contudo, não se trata de universos isolados uns dos outros. Hoje, mais que em qualquer outra época, é intensa a circulação de homens, textos e idéias, tal a variedade e frequência das reuniões periódicas propiciadas pelos mais diferentes tipos de eventos, além, é claro da circulação planetária de livros, periódicos e revistas científicas.

⁴³ Ankersmit, F. R. (ed.) — Knowing and telling history: the anglo-saxon debate. *History & Theory*, 1986, Beiheft 25.

⁴⁴ Rossi, Pietro — Teoria..., op. cit., pp. 7/22.

Todavia, não acreditamos que tal globalização «haja suprimido, se é que de fato o fará algum dia, as peculiaridades mais idiossincráticas constitutivas das marcas diferenciais de certos «estilos historiográficos» nacionais. Cremos que seria um grande equívoco acreditar em demasia no discurso historiográfico, triunfalista e unitário, dos «analistas» neste findar de século. Contra esta tendência o presente trabalho significa uma tomada de posição bastante clara.

SEGUNDA — As reflexões acerca das práticas historiadoras permanecem ainda hoje em boa parte exteriores à «oficina do historiador». Há exceções, sem dúvida, como a de P. Veyne, mas, em geral, não são comuns/normais nem tampouco muito bem recebidas. Isto não se aplica evidentemente à historiografia «marxista» em geral. Os historiadores continuam hoje, como quase sempre o fizeram, a utilizar, de maneira ingênua e muitas vezes ecléticas, pressupostos teóricos que vão buscar, ao sabor das circunstâncias de suas próprias pesquisas, em diferentes teorias sociais; já as questões epistemológicas, bem, estas ficam apenas implícitas. Em resumo, diríamos que, como regra geral, não se constitui em procedimento habitual/normal ao fazer historiográfico «hastear aos ventos das leituras e críticas de seu público receptor suas próprias opções metodológicas», com exceção das dissertações e teses de mestrado e doutorado em nossos programas de pós-graduação.

Ocorre, porém, que, nestes últimos tempos, especialmente em decorrência dos avanços da linguística e da crítica literária, as atenções tenderam a se concentrar não mais exatamente no «métier d'historien» propriamente dito mas, sim, no discurso histórico enquanto tal. Logo, é a própria «escrita da História», encarada apenas como texto, que se converteu no foco principal das reflexões a respeito da «história-conhecimento».

TERCEIRA — Este esboço de um balanço a respeito do fazer historiográfico e das perspectivas que podemos hoje entrever, corre também o grave risco de silenciar sobre alguns outros problemas não menos sérios e urgentes. Referimo-nos neste caso a questões que não dizem respeito apenas à historiografia contemporânea mas que não deixam de repercutir seriamente sobre a forma de conceber o trabalho historiador e a validade de seus pressupostos teórico-metodológicos, explícitos ou não.

Trata-se, na verdade, de problemas/questões complexos e impossíveis de expôr neste momento. Tudo que podemos fazer por ora vem a ser uma alusão bastante resumida a alguns deles, os mais importantes, segundo nosso entendimento. Tais problemas são de natureza

mais geral ou setorial, conforme o caso. Dentre os mais gerais mencionaremos somente dois: 1 — A crise das «grandes teorias», a começar pela crise do paradigma marxista; 2 — A desconstrução dita «pós-moderna» da História; como enquadramento histórico-conceitual de ambos os problemas, temos a questão bem mais complexa que se designa habitualmente como «crise da Modernidade». Os problemas setoriais são muitos e vamos exemplificá-los através de dois exemplos apenas: os temas ou especializações historiográficas que, conforme o autor, são chamados de «esquecidos», «proscritos», ou, mesmo, «malditos».

3.1 — *A crise das grandes teorias — O caso do paradigma marxista*

Temos boas razões para acreditar que é provavelmente sob o título acima que muitos tendem a situar hoje as possíveis ou supostas relações entre a historiografia contemporânea e a chamada «nova ordem mundial». Tomando-se como ponto de partida a crise e o processo de desagregação do chamado «socialismo real» parece a muitos perfeitamente lógico daí se deduzir a negação do marxismo em geral, a começar pelo materialismo histórico e sua concepção do processo histórico. No fundo, apregoam muitos, o «fracasso» do marxismo demonstra p destino inevitável de todas as «Grandes Teorias»⁴⁵ isto é, todas as teorias que, como o próprio marxismo, mas não só, propõem visões totalizantes da realidade sócio-histórica. Com esta falência das teorizações globalizantes do real, isto é, do ser e do devir da própria História, estaríamos diante de uma situação totalmente nova: a situação caracterizada tanto pela «crise da história» (disciplina/conhecimento) quanto pelo «fim da História» (matéria/objeto ou processo real)⁴⁶.

3.2 — *Desconstrução pós-moderna da história*

Conviria lembrar que sob este título englobamos na realidade um conjunto de tendências historiográficas distintas, identificadas entre elas

⁴⁵ Skinner, Quentin (ed) — *The Return of Grand Theory in the Human Sciences*. Cambridge, Univ. Press, Canto Edition, 1990 (1985).

⁴⁶ Falcon, F. J. C. — «Fim da História? Balanço e perspectivas para a década de 90», in *História em Cadernos*, Dep. Histo. IFCS, RJ, VII, 1/2, 1989, pp. 7/14.

apenas pelo fato de que todas assumem de algum modo as implicações historiográficas (teórico-metodológicas sobretudo) das críticas ditas pós-modernas aos princípios básicos da cultura da Modernidade, cuja crise é vista como definitiva. As relações entre uma certa concepção da História, no seu duplo sentido, e a idéia de modernidade, são os pressupostos essenciais à compreensão da natureza e objetivos dos chamados «desconstrucionismos», ou concepções pós-modernas da história⁴⁷.

3.3 — *Temas esquecidos, proscritos, ou malditos?*

Dadas as próprias características dos muitos «combates» travados pelos «Annales», particularmente aqueles que acompanharam seu surgimento e expansão, tornou-se de certa maneira inevitável que a «Escola» historiográfica então emergente assestasse baterias contra os dois tipos de história que, no entender de seus fundadores, representavam os modelos por excelência de uma historiografia que urgia superar: a história política e a das idéias, com prometidas, ambas, com as ações e pensamentos dos heróis e homens e baseados na busca da «realidade» através da descoberta/reconstituição dos «fatos» e na sucessão cronológica, linear, dos «acontecimentos».

A história política, considerada como o próprio paradigma da história oficial, dominante foi rotulada de «positivista» e desprezada por ser essencialmente factual, «evenementielle», ignorante da história «verdadeira», ou real, concebida como essencialmente «social».

A história das idéias, apesar de não ser objeto de rejeição tão radical, tinha contra si a suspeita de comprometimentos com o idealismo germânico, em particular na expressão dita historicista deste último. Também sobre ela pairava a acusação de «historizante» e, sobretudo, «descarnada», pois, divorciada do contexto social, da vida dos homens em sociedade, ignorava os fenômenos mentais coletivos.

Decorridas várias décadas destes anátemas, constata-se hoje, ou melhor, nos dois ou três últimos decênios, uma lenta e gradual volta do interesse historiador pela política e pelas idéias.

⁴⁷ Vecser, H. Aram (ed) — *The New Historicism*. N. York Routledge, 1989; Rosenau, Pauline Marie — *Post-Modernism and the Social Sciences*. Princeton, Univ. Press, 1992; Seidman, S. & Wagner, D. G. — *Post-Modernism & Social Theory*. Cambridge, B. Blackwell, 1992.

3.3.1 — A História das Idéias

Quer com esta denominação, quer como História Intelectual ou, ainda, como História Social das Idéias, o fato é que existe um interesse crescente pela problemática das idéias em sua perspectiva histórica. Aliás, convém lembrar aqui que, nos Estados Unidos, onde há uma respeitável tradição historiográfica voltada para a História Intelectual ou das Idéias⁴⁸, somente em tempos mais recentes houve condições para o surgimento da História Social das Idéias. Assim, verificamos a existência, naquele país e na Grã-Bretanha, de uma «New Intelectual History», diferente da «História das Mentalidades» dos annalistas e que constitui até certo ponto uma resultante dos acirrados debates havidos entre duas gerações de discípulos/continuadores de Collingwood e os seus adversários⁴⁹.

Na França, desde o final dos anos 60, observa-se um certo número de tentativas de repensar a história das idéias, quer como história social das idéias, quer como estudo das ideologias e das mentalidades⁵⁰. Nota-se também, em alguns setores, a busca de algum tipo de articulação com a Linguística e, em especial com a Semiologia⁵¹.

O rápido crescimento do interesse pela questão do poder a partir dos anos 60, suscitou, por sua vez, o ressurgimento do interesse pela história política. A temática do «poder» jamais esteve realmente ausente da atividade historiográfica, de uma forma ou de outra. No entanto, nas últimas décadas podem ser detectadas pelo menos três tendências que fizeram dessa temática o centro de convergência de numerosos trabalhos:

- 1.º — Os textos de M. Foucault⁵² em que ele analisa, a partir da «ordem do discurso» e das «práticas discursivas» o problema

⁴⁸ Krieger, L. «The Anatomy of Intellectual History», in Iggers & Parker (ed), op. cit., pp. 109/125; Darnton, R. O Beijo..., op. cit., loc. cit.

⁴⁹ Preston King (ed), op. cit., passim.

⁵⁰ Ehrard, J. «História das idéias e história social em França no Século XVIII: reflexões sobre o método», in Bergeron, L (org) Níveis de Cultura e Grupos Sociais. Trad. portug., Lisboa, Cosmos, 1974 (1967), p. 217/238; Chartier, R., op. cit., pp. 29/68.

⁵¹ Robin, Regine — Histoire et Linguistique. Paris, A. Colin, 1973; Lledo, Emilio — Lenguaje e História. Barcelona, Ariel, 1978; Halliday, M.A.K., Language as social semiotic Londres, Arnold, 1979; Coward, Rosalind and Ellis, John — Language and Materialism. Londres, Routledge, 1977.

⁵² Les Mots et les Choses. Paris, Gallimard, 1966; L'Archeologie du savoir. Paris, Gallimard, 1969; L'Ordre du Discours, Paris, Gallimard, 1977; etc. cf. Machado, Roberto Ciência e Saber. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

da ubiquidade/pluralidade do(s) poder (es), ao mesmo tempo que intenta dissecar as origens dos diversos «saberes» e a estruturação das respectivas práticas e instituições a eles associadas. Compreende-se então a razão de Paul Veyne afirmar uma «revolução» na História, devida aos textos de Foucault⁵³.

- 2.º — Os diversos textos sociológicos de Bourdieu⁵⁴ e de inúmeros outros sociólogos e antropólogos, a propósito do chamado «poder simbólico», sua natureza e eficácia sociais. Tais textos se relacionam a questões mais amplas que dizem respeito às práticas e representações sociais e à realidade da estrutura simbólica do social. Ao enfatizarem a denominada «ação simbólica», ou seja, a mediação simbólica no agir humano, essas concepções tornaram viáveis novas possibilidades de abordagem de questões como a da dominação/legitimação do poder em termos históricos, em articulação com as ideologias, formas de pensamento, etc.⁵⁵.
- 3.º — Em conexão ou não com os dois aspectos acima, houve também uma tendência cada vez mais difundida, em história política, de retomar/reler as obras de Gramsci e Weber, do ponto de vista teórico-metodológico⁵⁶.

⁵³ Veyne, Paul — Como se escreve a História. Foucault revoluciona a História. Brasília, UNB, 1982 (1971/1978).

⁵⁴ O Poder Simbólico. Lisboa, DIFEL, 1989 (trad. portug.); A Economia das Trocas Simbólicas. S. Paulo, Perspectiva, 1974 (trad. brasil.); Le Sens Pratique. Paris, Minuit, 1980 Coisas Ditas. S. Paulo, Brasiliense, 1990.

⁵⁵ Geertz, C. A Interpretação das Culturas., R. J. Zahar, 1978 (1973); Sahlins, Marshall — Ilhas de História. R. J. Zahar, 1990 (1987); Idem — Historical Metaphors and Mythical Realities. Ann Arbor, Univ. Mich. Press, 1990; Burke, Kenneth — On Symbols and Society, edit. by J. R. Gusfield. Chicago Univ. Press, 1989, Augé, Marc — Symbole, Fonction, Histoire. Paris, Hachette, 1979.

⁵⁶ Williams, Raymond — Marxismo e Literatura. R. J., Zahar, 1979 (1971); Idem — Cultura. R. J., Zahar, 1992; Vander Meer, Philip R. «The New Political History», in Iggers & Parker (ed), op. cit., pp. 87/108; Aron, Raymond — Estudos Sociológicos. Rio, Bertrand, 1991 (1988); Skocphol, Theda — Vison and Method in Historical Sociology. Cambridge, Univ. Press 1984; Burke, Peter — Sociologia e História. Porto, Afrontamento, s.d., (1980); Elias, Norbert — A Sociedade de Corte Lisboa, Estampa, 1987.

Vemos assim que, em função principalmente de uma renovação do interesse dos cientistas sociais e dos historiadores quanto à problemática mais genérica do «poder», a história política voltou ao primeiro plano do palco historiográfico, em estreita relação, por sinal, com o renascimento do interesse do público pelas biografias históricas. Nos Estados Unidos e na França, por caminhos distintos, vem sendo buscada uma Nova História Política, entendida por alguns como uma história mais ligada à Ciência Política, enquanto outros estão a pensar principalmente na introdução de métodos quantitativos, ou, também, na utilização de análises de conteúdo dos textos políticos, nos estudos prosopográficos, etc.

Pergunta-se, finalmente, em alguns círculos de historiadores a respeito da possível relação entre este «redespertar» da história política e aquilo que alguns convencionaram histórico, ou, segundo o entendimento de outros, o «retorno do fato» e o interesse pela chamada «história imediata»⁵⁷.

Conclusão

Sabemos que toda conclusão de um ensaio como este não pode ser outra coisa mais do que a ante-sala para um outro ensaio. Mas gostaríamos de terminar com algumas considerações muito pessoais e até certo ponto «intempestivas».

A tradição historiográfica mais geral no seio da qual adquirimos/ /construímos nossa formação historiadora nos habituou por assim dizer, bem ou mal, a aceitar/assumir, mesmo inconscientemente, o «realismo» (ontológico) no que concerne à história-matéria; ao mesmo tempo, através de variados percursos epistemológicos, acostumamo-nos a pensar que a história que praticámos — história-disciplina — deve ser sempre capaz, em última instância, de produzir um conhecimento dito «histórico» que, de alguma forma venha a ser um conhecimento «verdadeiro» a respeito daquela «história real». Não vêm aqui ao acaso, para o ponto que nos interessa, as discussões acerca do conceito de «verdadeiro», «real»,

⁵⁷ Burke, P. — «A história dos acontecimentos e o retorno da narrativa», in Burke, P. (org) *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. S. Paulo, NESP, 1992. Lozano, Jorge — *El discurso histórico*. Madrid, Alianza, 1987; Riedel, Dirce C. (org) — *Narrativa, Ficção & História*. R. J., Imago, 1988; Rossi, Pietro, op. cit., p. XVI e segs.; Nora, Pierre «O retorno do fato», in Le Goff e Nora (ed), *História — Novos Problemas*, op. cit., pp. 179/193.

etc. O ponto que desejamos sublinhar é apenas este: sempre existiu um acordo tácito sobre algo tido como mais ou menos óbvio: a história fala da História!

Chegou-se no entanto a uma época na qual o debate já não mais visa os conhecidos «pressupostos» e «métodos e técnicas» do fazer historiador, pois, a rigor, não existe mais o referente à História. Estamos portanto em face de uma situação inteiramente nova e estranha para a maioria dos historiadores. A História em si, a história enquanto acontecimentos/ /processos «passados», ou seja, que existiram mas não existem mais (ou, segundo outros, apenas existem no presente, porém como «indícios», vestígios, testemunhos, «monumentos/documentos» do passado desaparecido para sempre), essa História, objeto da indagação historiadora, tornou-se inacessível, inexistente, irrelevante. Assim, a História-matéria mesmo que haja realmente existido, deixou de ser acessível ao historiador — ela passou a ser alguma coisa inalcançável, tal como a «coisa-em-si» da filosofia kantiana.

Em face de tal perspectiva, a escrita da história não tem maiores compromissos com aquela História. O historiador sente-se totalmente livre para produzir «sua» história, qualquer história, todas as histórias possíveis/imagináveis. No fundo, existe o entendimento segundo o qual, ou a história que se escreve será sempre verdadeira ao focar um fragmento qualquer daquela História, pois, em sua totalidade esta é impensável; ou, rejeita-se toda e qualquer referência a uma suposta «história real» e em lugar do referente tradicional — «a História» — vamos ter somente outros textos «de história».

O abandono da História enquanto referente (se racional ou irracional não importa no caso), traz consigo o esfacelamento de categorias como tempo e espaço. Os tempos não serão somente múltiplos mas, também, descontínuos, imbricados, deixando de ter qualquer sentido noções como as de presente, passado, futuro. Os espaços também eles escapam às coordenadas cartesianas; são múltiplos, heterogêneos, como, por exemplo, os espaços do sonho, do imaginário, da utopia, do cotidiano, etc..

Assim, portanto, liberta de suas antigas servidões — o referente na ordem do «real», o espaço-tempo, etc., a historiografia contemporânea parece estar na iminência de tombar sob o jugo de outra servidão — a textual. Se, de fato, como afirmam muitos, o fazer historiador nada mais é, em última instância, que o produzir de textos aos quais ele, o historiador, chama de «história», por que não encarar a historiografia em função desse caráter textual que é sem dúvida o seu? Afinal, raciocinam alguns, o texto «de história» constrói-se a partir de outros textos e estes, por sua vez, derivam de outros textos... Bem, mas tais textos são as «fontes» (primárias, secundárias, etc.) — e por acaso as fontes não serão

textos elas também? Claro, há monumentos e documentos, «remember Foucault», mas, ao fim e ao cabo, não é o historiador quem seleciona/ /produz suas fontes (textuais)?

Em suma: a história não conhece a História; conhece, sim, outros textos que, como ela, pretendem falar da História mas, na realidade, apenas falam do que ouviram dizer outros textos a respeito da mesma História. Trata-se de um diálogo multiseular, entre os historiadores e seus textos; se assim é, indagam alguns, o que distingue o historiador do literato, poeta ou romancista, por exemplo? Se não existem mais «protocolos de verdade» na escrita da História, não será então o historiador o grande ilusionista, o escritor cujo verdadeiro «saber» está em sua capacidade/habilidade de construir textos de história que parecem tanto ser verdadeiros que chegam a como tais ser percebidos e aceitos pelo público leitor? E como, afinal de contas, se poderia afirmar que um texto de história não é verdadeiro se, agora, a verdade é algo meramente intra/ /inter-textual?

Niterói, Dezembro de 1993.

